

O populismo em marcha

Rogério L. Furquim Werneck*

Quase quatro décadas após a redemocratização, em meio a dificuldades descomunais, o Brasil defronta-se com melancólica escolha entre dois candidatos a presidente flagrantemente populistas, inaptos, cada um à sua maneira, para conduzir com sucesso o País na complexa travessia dos próximos quatro anos.

Não faltará quem se apresse a ponderar que, por populistas que sejam, há diferenças gritantes entre Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Não há dúvida quanto a isso. Mas até mesmo para realçar o que há de diferente, é importante ter clareza sobre o que há de similar entre eles.

Tomando uma dimensão absolutamente crucial, é preciso ter em conta que a eleição desse domingo envolverá um embate entre duas visões inequivocamente populistas da condução da política econômica que, por antagônicas que pareçam, têm muito em comum.

O que há de diferente entre, de um lado, a obstinação com que Lula quer se livrar do teto de gastos ou de qualquer outra restrição similar e, de outro, o inconformismo de Bolsonaro com limitações à expansão de despesas no Orçamento da União? Que diferença há entre as propostas de ingerência na gestão da Petrobras que vêm sendo defendidas por Lula e por Bolsonaro?

São pontos em comum que ilustram de forma contundente um mesmo traço inconfundível do governante populista: a resistência a regras institucionalizadas que possam limitar seu espaço de manobra na condução da política econômica.

No caso de Lula, a resistência é particularmente constrangedora. As restrições mencionadas resultaram de esforços de construção institucional que se tornaram inevitáveis para evitar a recorrência de desmandos perpetrados por governos petistas na gestão das contas públicas e na Petrobrás.

Ao mesmo tempo, o avassalador vale-tudo eleitoreiro em que Bolsonaro se permitiu transformar a condução da política econômica, desde o Calote dos Precatórios, é a melhor prova de que o País precisa de regras institucionalizadas ainda mais robustas, capazes de impedir que tais excessos se repitam.

Em meio a um ambiente externo adverso, o candidato que se eleger terá de lidar com um quadro fiscal intrincado, marcado por rigidez de gastos, perda de controle do Poder

Executivo sobre o Orçamento e pressões políticas colossais por expansão de dispêndio. Entravado pelo voluntarismo populista, lhe será difícil manter a economia em crescimento e o emprego em expansão, com equilíbrio fiscal e inflação sob controle. E, sem isso, nunca é demais insistir, todas as demais políticas públicas estarão condenadas a ter eficácia muito limitada.

Mas são questões que terão pouca importância neste domingo. Boa parte do eleitorado está determinada a votar num candidato pela simples aversão que nutre pelo outro. Há quem, alarmado com a truculência, o primitivismo e os arreganhos antidemocráticos de Bolsonaro, esteja disposto a votar em Lula de olhos fechados. E quem, tomado por irrefreável repulsa por Lula e pelo PT, se disponha a bancar os riscos da reeleição de Bolsonaro.

Tanto de um lado como de outro, o que se contempla é que o vencedor venha a ser recompensado com generosa “licença para gastar” em 2023, seja para arcar com a conta do vale-tudo de Bolsonaro, seja para entregar infundáveis promessas irresponsáveis de campanha. De contenção de gastos, se trata depois. Quem sabe, em 2024. Ou 2025.

Lula poderia ter atenuado temores sobre seu governo se tivesse conseguido anunciar um programa econômico minimamente responsável. Há poucos dias, o coordenador do seu programa alegou que não teve como anunciá-lo, porque lhe faltaram dados (*O Globo*, 22/10). Lula não poderá se queixar se, afinal, lhe faltarem votos.

Mas Lula pode ganhar. E é preocupante que ainda não tenha um plano bem articulado. Caso seja eleito, terá 60 dias para superar as sérias divergências que ainda prosperam no PT. E se munir de uma equipe e um programa que lhe permitam “fazer a coisa certa” desde o início. Não pode se permitir lançar um programa equivocado que lhe deixe exposto a ser rapidamente enredado pelo Congresso. Estará preparado para isso?

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.